

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER - CMULHER

Requerimento nº / 2025

(DA SRA. CÉLIA XAKRIABÁ)

Apresentação: 09/09/2025 13:44:54.073 - CMULHER

REQ n.75/2025

Requer a realização de visita técnica seguida de Mesa Redonda para debater as intersecções entre mulheres e clima, em preparação para a Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP), a ser realizada na cidade de Brumadinho-MG.

Senhora Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de visita técnica seguida de Mesa Redonda para debater as intersecções entre mulheres e clima, em preparação para a Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP), a ser realizada na cidade de Brumadinho-MG, nos dias 17,18 e 19 de setembro, com a seguinte programação:

17 de setembro – Visita à Sala Lilás na Delegacia de Polícia Civil de Brumadinho. Espaço recém-inaugurado que tem por objetivo oferecer um acolhimento e amparo às mulheres vítimas de violência.

18 de setembro – Reunião com grupo de mulheres da aldeia Xukuru Kariri, afetadas pelo rompimento de barragens, para escuta dos impactos do evento climático extremo nas suas vidas.

19 de setembro – Participação no evento *Pré-COP de Brumadinho* – no Centro



Administrativo de Brumadinho, com foco na Mesa Redonda *Sem Mulher não tem Clima*.

JUSTIFICAÇÃO

As mudanças climáticas não são neutras em termos de gênero. As pesquisas nacionais e internacionais apontam que mulheres, especialmente as indígenas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas e periféricas, estão entre as mais afetadas pelos efeitos da crise climática. A intersecção entre gênero, raça, classe e território faz com que as mulheres enfrentem múltiplas vulnerabilidades diante de enchentes, secas, contaminações ambientais e desastres provocados pela ação humana, como o rompimento de barragens.

No campo da saúde, as mulheres sofrem impactos específicos, uma vez que os desastres climáticos e socioambientais ampliam situações de insegurança alimentar, aumentam a exposição a doenças e agravam desigualdades no acesso a serviços básicos de atendimento. A sobrecarga de trabalho de cuidado, já historicamente invisibilizada, torna-se ainda mais pesada em contextos de crise, recaindo quase sempre sobre elas.

Na educação, a falta de políticas que articulem justiça climática e justiça de gênero reforça a invisibilidade das experiências e dos saberes das mulheres. Isso impede a formação de novas gerações comprometidas com soluções sustentáveis e inclusivas, além de dificultar a valorização dos conhecimentos tradicionais transmitidos pela oralidade por mulheres indígenas e quilombolas, fundamentais para a preservação da biodiversidade e para a construção de alternativas frente às mudanças climáticas.

A ausência de políticas públicas intersetoriais, que articulem a dimensão de gênero com a agenda climática, reforça a marginalização de mulheres em múltiplos territórios. Ainda que o Brasil tenha assumido compromissos internacionais no âmbito da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima



(UNFCCC), a participação efetiva das mulheres nesses espaços decisórios continua limitada, apesar de serem protagonistas nas lutas e nas práticas cotidianas de enfrentamento à crise ambiental.

A realização da Mesa Redonda proposta permitirá dar visibilidade a uma parcela da população historicamente marginalizada nos debates climáticos e construir, em conjunto com especialistas, lideranças comunitárias, organizações da sociedade civil e representantes do Poder Público, estratégias eficazes para enfrentar as desigualdades de gênero e avançar na justiça climática.

Diante do exposto, solicito o apoio das demais Parlamentares da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para a aprovação deste requerimento e a realização da Mesa Redonda, em preparação para a COP, como parte da estratégia de aproximar as agendas de gênero e clima.

Sala das sessões, 10 de setembro de 2025.

Célia Xakriabá
Deputada Federal PSOL/MG

